



Suprimentos, endereço Rua Feliciano Sodré, nº 100, Centro, SG, nos dias úteis, no horário das 9:00 horas às 16:30 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Parecer Técnico

ANEXO III – Proposta Comercial

ANEXO IV – Planilha Orçamentária;

ANEXO V – Ata de Registro de Preços;

São Gonçalo, 31 de Janeiro de 2022.

**Deivid Robert de Cresci Campos**  
Presidente Fundação Municipal de Saúde  
Mat: 40.833

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO**

**1- INTRODUÇÃO**

**REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE HORTIFRUTI PARA ATENDER PRONTO SOCORRO INFANTIL, HOSPITAL LUIS PALMIER, MATERNIDADE MARIO NIAJAR, HOSPITAL FRANCISCANO, SETOR DE TRIAGEM PARA O COVID, HEMONÚCLEO, HOSPITAL DE RETAGUARDA MENINO DEUS, E CLÍNICA NOSSA SENHORA DAS VITÓRIAS NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO – SEMSDC/FMS.**

**2- JUSTIFICATIVA**

**2.1 da aquisição**



A referida aquisição se faz necessária para atender o fornecimento de alimentos e envio de insumos as unidades, devido à crescente demanda do preparo das refeições e envio de alimentos, garantindo a continuação do adequado fornecimento de alimentação aos pacientes internados, acompanhantes e funcionários do Complexo Hospitalar Luiz Palmier, Maternidade DR. Mario Nijar, Hospital Franciscano, Pronto Socorro Infantil, Setor de Triagem para o Covid, Hemonúcleo, Hospital de Retaguarda Menino Deus, Consultório de Rua e Clínica Nossa Senhora das Vitórias. E a entrega dos insumos aos CAPS Paulo Marcos Costa, CAPS III Franciscano dos Santos Siqueira, CAPS II Álcool e outras drogas II, CAPS Infante Juvenil DR. Joaquim dos Reis Ferreira, Unidade de Acolhimento Infante Juvenil, Residência Terapêutica 1,2,3 e 4 – do Município de São Gonçalo pelo período de **12 ( doze meses )**.

## **2.2 do Quantitativo**

A presente aquisição de **HortiFruti** tem o objetivo de suprir a demanda do preparo das refeições e envio de insumos, garantindo a continuação do adequado fornecimento de alimentação aos pacientes internados, acompanhantes e funcionários do Complexo Hospitalar Luiz Palmier, Maternidade DR. Mario Nijar, Hospital Franciscano, Pronto Socorro Infantil, Setor de Triagem para o Covid, Hemonúcleo, Hospital de Retaguarda Menino Deus, Consultório de Rua e Clínica Nossa Senhora das Vitórias. E a entrega dos insumos aos CAPS Paulo Marcos Costa, CAPS III Franciscano dos Santos Siqueira, CAPS II Álcool e outras drogas II, CAPS Álcool e outras drogas DR. Daniel Gomes da silva, CAPS Infante Juvenil Juvenil DR. Joaquim dos Reis Ferreira, Unidade de Acolhimento Infante Juvenil, Residência Terapêutica 1,2,3 e 4 – do Município de São Gonçalo.

O quantitativo estimado foi obtido com base no consumo médio pelos últimos 12 (doze) meses e em decorrência da fase de pandemia, com à crescente demanda e atualizada de pacientes, acompanhantes e funcionários, que hoje gira em uma média mensal de 14.904 refeições entregues nas unidades. Mais o quantitativo de insumos enviados na demanda dos dias de terça e quinta – feira para os CAPS e RTs.

## **2.3 da Adoção do Registro de Preços**

No que concerne ao Sistema de Registro de Preços, este tem sido de grande valia à disposição da Administração Pública Moderna, pois propicia mecanismo para a melhoria da gestão e, principalmente, efetiva o alcance dos princípios constitucionais da economicidade e eficiência, pois mostra ser um modo inteligente de aquisição de bens e serviços para o Estado. Através do Sistema de Registro de Preços, a Administração Pública economiza tempo, pessoal e recursos, pois, muitas vezes, por um só procedimento, realiza-se a aquisição de itens para vários entes, justificando assim a referida modalidade.

## **3 – OBJETIVO DO TERMO DE REFERENCIA**

Este documento tem por finalidade fornecer dados e informações mínimas necessárias aos interessados em participar do certame licitatório, promovido para fornecimento do acima referido, bem como estabelecer as obrigações da empresa.



#### 4 – OBJETO E QUANTITATIVO

Item	Código	ESPECIFICAÇÃO	Und	Quant solicita da	Quant mínima por solicitaçã o
1.		ABACATE extra	kg	11.280	940
2.		ABACAXI com peso aproximadamente de 1,5 kg a unidade.	und	4.200	350
3.		ABOBORA madura, com peso mínimo de 3kg a unidade	kg	18.863	1.572
4.		ABOBRINHA brasileira, de primeira qualidade	kg	20.400	1.700
5.		AGRIÃO fresco	kg	2.300	192
6.		AIPIM comum.	kg	5.875	490
7.		AIPO extra	kg	150	12,5
8.		ALECRIM fresco	kg	150	12,5
9.		ALFACE extra	kg	2.430	202,5
10.		ALFAVACA fresca	kg	150	12,5
11.		ALHO extra, branco ou roxo. Os dentes devem estar bem definidos, limpos, firmes, descascados, sem manchas e livre de brotos. Isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, matéria terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, livre de enfermidades, insetos, parasitas e larvas	kg	3.880	323
12.		ALHO-PORÓ, fresco	kg	150	12,5
13.		AMEIXA fresca	kg	50	4
14.		BANANA D'AGUA extra, com peso médio de 140g, contendo o kg, no mínimo 07 unidades.	kg	7.500	625
15.		BANANA PRATA extra, com peso médio de 120g, contendo o kg, no mínimo 08 unidades.	kg	7.100	592
16.		BATATA DOCE extra	kg	10.000	833
17.		BATATA INGLESA especial	kg	40.900	3.408
18.		BERINJELA	kg	250	21



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

19.	BETERRABA extra, sem rama	kg	4.900	408
20.	BRÓCOLIS Fresco	kg	450	37,5
21.	CAQUI com peso médio de 140g a unidade, contendo o kg, de no mínimo 07 unidades.	kg	300	25
22.	CEBOLA extra	kg	37.000	3.083
23.	CENOURA extra	kg	3.380	282
24.	CHEIRO VERDE fresco, composto por salsa e cebolinha .	kg	300	25
25.	CHUCHU extra	kg	26.370	2.197,5
26.	COENTRO fresco	kg	180	15
27.	COUVE - MANTEGA fresca	kg	1.040	87
28.	ESPINAFRE fresco	kg	1.100	92
29.	GOIABA VERMELHA	kg	3.200	267
30.	HORTELÃ fresca	kg	180	15
31.	INHAME extra	kg	6.900	575
32.	LARANJA LIMA com peso médio de 150g, contendo o kg no mínimo 07 unidades.	kg	7.300	608
33.	LARANJA PÊRA com peso médio de 150g a unidade	kg	1.500	125
34.	LIMÃO TAITI com peso médio de 80g , contendo o kg, no mínimo 12 unidades.	kg	2.000	167
35.	LOURO VERDE, folha	kg	200	17
36.				
37.	MAÇA NACIONAL, não ácida, com peso médio de 120g, contendo o kg, no mínimo, 8 unidades.	kg	9.000	750
38.	MAMÃO FORMOSA, comum, maduro, com peso variado de 1,5 a 2kg a unidade.	kg	5.780	482
39.	MAMÃO PAPAIA	kg	5.600	467
40.	MANGA TOMMY, com peso médio de 200g, contendo o kg, no mínimo 05 unidades.	kg	200	17
41.	MANJERICÃO fresco.	kg	150	12,5
42.	MELANCIA com peso variando de 10Kg a unidade.	kg	11.560	963
43.	MELÃO com peso variando de 3 Kg a unidade.	kg	200	17



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

44.	Ovos brancos de galinha, tamanho grande, de primeira qualidade, frescos, isento de aditivos ou substâncias estranhas ao produto que sejam impróprias ao consumo. Acondicionado em caixa.	dz	4.320	360
45.	PEPINO EXTRA	kg	2.028	169
46.	PÊRA, não ácida, com peso médio de 200g, contendo o kg, no mínimo 05 unidades.	kg	200	17
47.	PESSEGO	kg	50	4,17
48.	PIMENTÃO VERDE extra	kg	2.400	200
49.	REPOLHO BRANCO, tamanho médio.	kg	16.200	1.350
50.	SALSA fresca	kg	300	25
51.	TANGERINA MURKOTE com peso médio de 150g, contendo o kg, no mínimo 7 unidades.	kg	2.100	175
52.	TANGERINA PONKAN com peso médio de 200g a unidade, contendo o kg, no mínimo 5 unidades.	kg	2.028	169
53.	TOMATE, extra A (salada)	kg	2.900	242
54.	TOMATE, molho	kg	5.760	480
55.	UVA RUBI, 1ª qualidade.	kg	200	17
56.	VAGEM extra	kg	2.160	180

## 5 – ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO:

Os hortifrutigranjeiros deverão ser entregues 03 (três) vezes por semana: as segundas, quartas e sextas-feiras, das 07h00min às 10h00min, nas quantidades solicitadas pela Coordenação de Nutrição, na despesa da **CLINICA NOSSA SENHORA DAS VITÓRIAS - Rua Coronel Serrado, 470 – Zé Garoto – São Gonçalo – RJ**

Os hortifrutigranjeiros deverão ser entregues frescos, de primeira qualidade. Os mesmos serão conferidos no ato da entrega por servidor responsável. Os pedidos serão feitos com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas que antecederem a entrega, onde serão informados os produtos e quantidades .

A entrega das mercadorias fora das especificações indicadas implicará na recusa por parte da CONTRATANTE, a qual os colocará a disposição da fornecedora para substituição em até 06 (seis) horas, contadas a partir da recusa.

Transportar as mercadorias em caminhão baú ou caminhão com carroceria protegida e manter o veículo limpo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

A empresa contratada para fornecimento dos hortifrutigranjeiros deverá fornecer em regime de cessão de uso, durante o prazo de vigência do contrato, a quantidade mínima de 40 (quarenta) caixas tipo “colheita” de polietileno para acondicionamento dos alimentos, sendo que as mesmas deverão conter identificação da empresa contratada;

Os hortifrutigranjeiros deverão ser pré-lavados e no ato do recebimento transportados para caixas de polietileno cedidas pela Contratada;

Todos os hortifrutigranjeiros deverão estar em perfeito estado para consumo, com tamanhos e formatos homogêneos, sem defeitos graves como: podridão, amassados, murchos, deformados, descolorados, queimados de sol, com manchas, rachaduras, injúrias por pragas ou doenças e etc...

O(s) Insumo(s) não poderá (ão) ter validade na data da entrega inferior a 2/3 (dois terços) do prazo total recomendado pelo produtor;

Correrão por conta da Contratada, até a entrega do objeto, todas as despesas referentes a entrega do objeto, como, por exemplo frete, tributo, etc;

O(s) Insumo(s) deverão ser entregue(s) em sua(s) embalagem(ns) original(is) e em língua portuguesa: contendo as seguintes descrições, no que couber: Origem, lista de ingredientes, informação nutricional, data de fabricação e prazo de validade, conteúdo líquido, lote, número da ANVISA, etc.

O(s) Insumo(s) será (ão) recebido(s) provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

Poderá ser dispensado o recebimento provisório. Dispensado, o mesmo será substituído por recibo a ser emitido pelo responsável pela Coordenação de Nutrição.

O(s) insumo(s) deverá(ão) ser entregues acompanhados da nota fiscal, onde constará detalhadamente, entre outros, as indicações da marca, fabricante, modelo, procedência, garantia e seu prazo, etc

O(s) insumo(s) será(ão) recebido(s) definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, pelo responsável nutricional da Unidade de Saúde, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

Na hipótese de a verificação a que se refere à cláusula anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo do(s) objeto(s) não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.



O recebimento do(s) insumo(s) de valor(es) superior(res) a R\$ 176.000,00 (Cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros, designados pela autoridade competente.

## **6 - TIPOS DE CAMINHÕES A SEREM UTILIZADOS NAS ENTREGAS:**

Os veículos devem atender as boas práticas de transporte de alimentos autorizados pelo órgão competente de forma a impedir a contaminação e/ou a proliferação de microorganismos e que protejam contra a alteração ou danos ao recipiente ou embalagem, conforme portaria SVS/MS nº 326, de 1997 e da RDC ANVISA nº 275 de 2002.

## **7 – VALIDADE DAS PROPOSTAS:**

O prazo de validade das propostas não deverá ser inferior a 60 dias a contar da data de sua emissão.

## **8 – VALIDADE DE REGISTRO:**

A ata Registro de preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação.

## **9 - AMOSTRA / ACEITAÇÃO TÉCNICA DA PROPOSTA**

O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, **quando solicitado**, deverá apresentar pelo menos 01(uma) amostra de cada item indicado que ele pretende participar, após 05 (cinco) dias úteis do encerramento da sessão de lances, no Almoarifado Central, localizado à Rua Doutor Francisco Portela, n.º 2.421, Parada 40 – São Gonçalo/RJ, entre 10:00 e 16:00 horas, para a verificação da compatibilidade com as especificações deste Termo de Referência e consequente aceitação da proposta, no local e prazo indicado no edital.

As amostras deverão ser entregues em embalagem, contendo as seguintes descrições: nome do licitante, número do CNPJ, número da licitação, número do processo, item, lote, data, marca do produto, etc.

Licença Sanitária Estadual e/ou Municipal do licitante vencedor, conforme o que determina a legislação vigente.

## **10 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Comprovação de que o licitante forneceu, sem restrição, objeto igual ou semelhante ao indicado na Requisição de Registro de Preços. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 01 (um) atestado, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão comprador, compatível com o objeto da licitação.

## **11 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA**





### **11.1 Constituem obrigações da CONTRATANTE:**

Fornecer à Contratada as condições necessárias a regular execução das obrigações assumidas;

Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento contratado, podendo, a seu critério, realizar testes nos materiais fornecidos de forma a verificar a compatibilidade dos mesmos com as especificações constantes.

Atestar nas notas fiscais/fatura a efetiva entrega do objeto contratado e o seu recebimento;

Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto contratado, em especial, aplicação de sanções e alterações do mesmo;

Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.

### **11.2 - Constituem obrigações da CONTRATADA:**

Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, tipo, procedência e prazo de validade;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

O dever previsto no parágrafo anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o produto com avarias ou defeitos;

Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;





Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

## **12. DA SUBCONTRATAÇÃO:**

Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios. Observe-se, ainda, que é vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação (Decreto nº 8.538, de 2015, art. 7º, inciso I e §2º).

## **13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:**

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **14. DO CONTROLE SOBRE A EXECUÇÃO DO CONTRATO:**

Nos termos do artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.



O representante da Contratante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, ou instrumento equivalente; indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

- O recebimento de material de valor superior a R\$176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros, designados pela autoridade competente.

## **15. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS:**

Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, por terem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado, conforme previsão do art. 1º, § único, da Lei 10.520/02 e art. ° caput, do Decreto Municipal 93/2021

## **16 – CRITERIO DE JULGAMENTO.**

O critério de julgamento adotado será o de **menor preço unitário por item.**

## **7. DO FUNDAMENTO LEGAL**

A contratação do fornecimento do material, objeto do presente Termo de Referência, tem amparo legal no Decreto Municipal n.º 093/2021 e, subsidiariamente, na Lei n.º 8.666/93.

## **18. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS**

A Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## **19. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

A Contratada que cometer algumas das infrações constantes nas Leis Federais n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, e Decreto Municipal n.º 093/2021, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:



Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

Multa moratória de percentual a ser fixado pelo Edital e minuta contratual por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de dias a serem fixados pelo Edital e minuta contratual;

Multa compensatória de percentual a ser fixado pelo Edital e minuta contratual sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta ou indireta pelo prazo de até cinco anos, quando houver declaração de inidoneidade, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Administração ressarcir a pelos prejuízos causados, depois de decorrido o prazo da sanção aplicada no item anterior.

Também ficam sujeitas às penalidades do artigo 87, incisos III e IV, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, as empresas ou profissionais que:

- Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho 1993, e, subsidiariamente, a Lei Federal n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

## **20. GARANTIA DE EXECUÇÃO**



Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## **21 - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A ata de registro de preços, durante sua validade, com propósito de estimular e incentivar fomento de competidores para o certame o qual defluiu em persecução a proposta mais vantajosa, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couberem, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993, e no Decreto nº 057/, de 2009.

### **Do convite a outros órgãos:**

- Conforme reza o art. 3º § 2º inc. I do Decreto Municipal 057/09, não foi convidado outros órgãos para participar do certame devido à urgência e por se tratar de produtos referentes a continuação do adequado fornecimento de alimentação aos pacientes internados, acompanhantes e funcionários do Complexo Hospitalar Luiz Palmier, Maternidade DR. Mario Niajar, Hospital Franciscano, Pronto Socorro Infantil, Setor de Triagem para o Covid, Hemonúcleo, Hospital de Retaguarda Menino Deus, Consultório de Rua e Clínica Nossa Senhora das Vitórias. Tendo em vista que tal procedimento ensejaria no maior retardamento no prosseguimento.

## **22 – DO PAGAMENTO**

Os pagamentos serão creditados em conta corrente da titularidade da Contratada, desde que seja instruído com:

- Pedido endereçado ao Ordenador de despesa, onde deverão constar os dados bancários (nome da Instituição Financeira Agencia e Conta Corrente);
- Cópia da nota fiscal, devidamente atestada, verificação da Regularidade Fiscal da CONTRATADA no SICAF ou certidões CNDT, CND e CRF, por meio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais, art 29 da Lei 8.666-93, devendo seu resultado ser impresso e juntado ao processo de pagamento;

Em caso de irregularidade junto ao SICAF, a CONTRATADA será notificada para que sejam sanadas as pendências no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período. Findo este prazo sem que haja a

regularização por parte da CONTRATADA perante o SICAF, ou apresentação de defesa aceita pela CONTRATANTE, fatos estes que, isoladamente ou em conjunto, caracterizarão



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

descumprimento de obrigações contratuais, o contrato estará passível de cancelamento e a CONTRATADA sujeita às sanções administrativas previstas neste Edital.

O pagamento não poderá ser superior ao prazo de 30(trinta) dia, contados a partir da data final do período de adimplemento da respectiva parcela.

- Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666/93.

Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que o órgão Contratante atestar a execução do objeto do contrato.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Constatando-se, junto à documentação apresentada, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação por escrito para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

Previamente à emissão de Nota de Empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta constatada mediante os sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, e/ou proibição de contratar com o Poder Público.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto à Prefeitura.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente perante a exigência do instrumento contratual, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

- A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de forma alguma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, seja calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

**EM = I x N x VP**, sendo:

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela a ser paga;

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## **22 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

Os recursos correrão a conta do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde através do **Programa de Trabalho – 23.051.10.122.2007.2057 – 23.051.10.302.2007.2057 – 23.051.10.302.2044.2123 – 23.051.10.302.2045.2124 – 23.051.10.302.2078.2174 ND – 33.90.30.00 e Fonte de Recursos – 00,21,22,32,43 e 44 – 00,21,22,32,35 e 40 – 00,21,22,35 e 40** e consta na proposta encaminhada da **LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA** e tem compatibilidade com o **PLANO PLURIANUAL** – para o exercício de **2022** do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Gonçalo.



## **ANEXO II - PARECER TÉCNICO**

### **PARÂMETROS DE ACEITABILIDADE E REPROBABILIDADE DO ITEM**

<b>Processo:</b>	<b>Pregão:</b>	<b>Número do Item:</b>
------------------	----------------	------------------------

#### **1. IDENTIFICAÇÃO DO ITEM:**

<b>1.1. DESCRIÇÃO DO ITEM:</b>		
<b>1.2. CATMAT</b>	<b>1.3. NÚMERO DO REGISTRO</b>	<b>1.4. UNIDADE DE FORNECIMENTO</b>
<b>1.5. FORNECEDOR</b>	<b>1.6. MARCA</b>	<b>1.7. FABRICANTE</b>

#### **2. IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADOR:**

<b>NOME:</b>		
<b>MATRICULA:</b>	<b>LOTAÇÃO:</b>	<b>CARGO:</b>

#### **3 - CARACTERÍSTICAS AVALIADAS:**

<b>CRITÉRIOS</b>	<b>ATENDE</b>	<b>NÃO ATENDE</b>	<b>NÃO SE APLICA</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
3.1 - Atendimento ao descritivo.				
3.2 - Atendimento à Unidade de Fornecimento				





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

3.3 – Qualidade do acabamento.				
3.4 - Embalagem com informações em Língua Portuguesa.				
3.5 - Data de validade dentro do especificado neste termo e visível na embalagem.				
3.6 - Registro ANVISA dentro do prazo de vigência e visível na embalagem.				
3.7 - Instrução de Uso que oriente a utilização adequada do insumo.				
3.8 - Anvisa, normas e legislações vigentes.				
3.9 – Atende às demais condições do deste Termo de Referência.				

**4. RESULTADO DO TESTE**

<b>( ) Aprovado</b>	<b>( ) Reprovado</b>
---------------------	----------------------

**5. JUSTIFICATIVA PARA APROVAÇÃO OU REPROVAÇÃO DE ITEM**

--



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Responsáveis:

(Assinatura e Matrícula)

**ANEXO III  
PROPOSTA COMERCIAL**

ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS						
Proponente:						
Endereço:						
Modalidade: Pregão Eletrônico SRP FMS			Nº ____/2022			
Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias			Prazo de Entrega: Conforme TR. (Anexo I)			
CNPJ.:			Insc. Estadual:			
Condições de Pagamento: CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL						
ITEM	QUANT	UNID		PREÇO		
				MARCA	UNIT	TOTAL
2	4.200	Unid.	ABACAXI com peso aproximadamente de 1,5kg a unidade.			
3	18.863	KG	ABÓBORA maduro,com peso mínimo de 3 kg a unidade			
4	20.400	KG	ABOBRINHA brasileira, de primeira qualidade.			
5	2.300	KG	AGRIÃO fresco.			
6	5.875	KG	AIPIM comum.			
7	150	KG	AIPO extra.			
8	150	KG	ALECRIM fresco.			
9	2.430	KG	ALFACE extra.			
10	150	KG	ALFAVACA fresca.			
11	3.880	KG	ALHO extra,branco ou roxo. Os dentes devem estar bem definidos, limpos, firmes, descascados, sem manchas e livre de brotos. Isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, matéria terrosa, sujidades ou corpos estranhos			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

			aderidos à superfície externa, livre de enfermidades,insetos, parasitas e larvas			
12	150	KG	<b>ALHO-PORÓ</b> , fresco.			
13	50	KG	<b>AMEIXA</b> , fresca.			
14	7.500	KG	<b>BANANA D'AGUA</b> , extra,com peso médio de 140g a unidade,contendo o kg no mínimo 07 unidades.			
15	7.100	KG	<b>BANANA PRATA</b> extra,com peso médio de 120g a unidade ,contendo o kg no mínimo 08 unidades.			
16	10.000	KG	<b>BATATA DOCE</b> extra.			
18	250	KG	<b>BERINJELA</b>			
19	4.900	KG	<b>BETERRABA</b> extra,sem rama			
20	450	KG	<b>BRÓCOLIS</b> Fresco			
21	300	KG	<b>CAQUI</b> com peso médio de 140g a unidade,contendo o kg de no mínimo 07 unidades.			
23	3.380	KG	<b>CENOURA</b> extra			
24	300	KG	<b>CHEIRO VERDE</b> fresco,composto por salsa e cebolinha			
25	26.370	KG	<b>CHUCHU</b> extra			
26	180	KG	<b>COENTRO</b> fresco			
27	1.040	KG	<b>COUVE MANTEIGA</b> fresca			
28	1.100	KG	<b>ESPINAFRE</b> fresco			
29	3.200	KG	<b>GOIABA VERMELHA</b>			
30	180	KG	<b>HORTELÃ</b> fresca			
31	6.900	KG	<b>INHAME</b> extra			
32	7.300	KG	<b>LARANJA LIMA</b> com peso médio de 150g, contendo o kg no mínimo 07 unidades			
33	1.500	KG	<b>LARANJA PÊRA</b> com peso médio de 150g a unidade			
34	2.000	KG	<b>LIMÃO TAITI</b> com peso médio de 80g a unidade,contendo o kg no mínimo de 12 unidades.			
35	200	KG	<b>LOURO VERDE</b> ,folha			
36	9.000	KG	<b>MAÇA NACIONAL</b> ,não ácida,com peso médio de 120g a unidade,contendo o kg,no mínimo 8 unidades.			
37	5.780	KG	<b>MAMÃO FORMOSA</b> , comum ,maduro,com peso variado de 1,5 a 2kg a unidade.			
38	5.600	KG	<b>MAMÃO PAPAIA</b>			
39	200	KG	<b>MANGA TOMMY</b> ,com peso médio de 200g,contendo 0kg, no mínimo 05			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

			unidades.			
40	150	KG	MANJERICÃO FRESCO			
41	11.560	KG	MELANCIA , com peso maximo de 10Kg a unidade.			
42	200	DZ	MELÃO com peso máximo de 3 Kg a unidade.			
43	4.320	KG	Ovos brancos de galinha, tamanho grande, de primeira qualidade, frescos, isento de aditivos ou substâncias estranhas ao produto que sejam impróprias ao consumo. Acondicionado em caixas.			
44	2.028	KG	PEPINO EXTRA			
45	200	KG	PÊRA, não ácida, com peso médio de 200g, contendo o kg, no mínimo 05 unidades.			
46	50	KG	PESSEGO			
47	2.400	KG	PIMENTÃO VERDE extra			
48	16.200	KG	REPOLHO branco tamanho médio.			
49	300	KG	SALSA fresca			
50	2.100	KG	TANGERINA MURKOTE com peso médio de 150g a unidade,contendo no mínimo 7 unidades.			
51	2.028	KG	TANGERINA PONKAN com peso médio de 200g a unidade,contendo no mínimo 5 unidades.			
52	2.900	KG	TOMATE ,extra A (salada)			
53	5.760	KG	TOMATE molho			
54	200	KG	UVA RUBI, 1ª qualidade.			
55	2.160	KG	VAGEM, extra			
Valor total:						
TOTAL POR EXTENSO R\$ _____						
DATA _____						
CARIMBO E ASSINATURA DA PROPONENTE						

ITEM NÃO EXCLUSIVO	
Proponente:	
Endereço:	
Modalidade: Pregão Eletrônico SRP FMS	Nº ____/2022
Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias	Prazo de Entrega: Conforme TR. (Anexo I)
CNPJ.:	Insc. Estadual:
Condições de Pagamento: CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇOS	
				UNIT	TOTAL
1	11280	KG	ABACATE extra	R\$ 8,68	R\$ 97.910,40
17	40.900	KG	BATATA INGLESA especial	R\$ 4,31	R\$ 176.279,00
22	37.000	KG	CEBOLA extra	R\$ 4,35	R\$ 160.950,00
Valor total:					R\$ 435.139,40
TOTAL POR EXTENSO: Quatrocentos e trinta e cinco mil cento e trinta e nove reais e quarenta centavos					

Obs.: Havendo divergência entre as especificações da codificação CATMAT e o descritivo constante no presente Termo de Referência prevalecerá o Termo de Referência em consonância ao Princípio da Vinculação ao Ato Convocatório.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO IV  
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	QUAN T.	UNID .	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO	
				UNIT	TOTAL
2	4.200	Unid.	ABACAXI com peso aproximadamente de 1,5kg a unidade.	R\$ 6,30	R\$ 26.460,00
3	18.863	KG	ABÓBORA maduro, com peso mínimo de 3 kg a unidade	R\$ 3,69	R\$ 69.604,47
4	20.400	KG	ABOBRINHA brasileira, de primeira qualidade.	R\$ 3,86	R\$ 78.744,00
5	2.300	KG	AGRIÃO fresco.	R\$ 10,81	R\$ 24.863,00
6	5.875	KG	AIPIM comum.	R\$ 3,61	R\$ 21.208,75
7	150	KG	AIPO extra.	R\$ 29,17	R\$ 4.375,50
8	150	KG	ALECRIM fresco.	R\$ 27,57	R\$ 4.135,50
9	2.430	KG	ALFACE extra.	R\$ 7,36	R\$ 17.884,80
10	150	KG	ALFAVACA fresca.	R\$ 28,70	R\$ 4.305,00
11	3.880	KG	ALHO extra, branco ou roxo. Os dentes devem estar bem definidos, limpos, firmes, descascados, sem manchas e livre de brotos. Isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, matéria terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, livre de enfermidades, insetos, parasitas e larvas	R\$ 19,59	R\$ 76.009,20
12	150	KG	ALHO-PORÓ, fresco.	R\$	R\$



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

				12,87	1.930,50
13	50	KG	AMEIXA, fresca.	R\$ 23,44	R\$ 1.172,00
14	7.500	KG	BANANA D'AGUA, extra, com peso médio de 140g a unidade, contendo o kg no mínimo 07 unidades.	R\$ 3,87	R\$ 29.025,00
15	7.100	KG	BANANA PRATA extra, com peso médio de 120g a unidade, contendo o kg no mínimo 08 unidades.	R\$ 4,70	R\$ 33.370,00
16	10.000	KG	BATATA DOCE extra.	R\$ 4,12	R\$ 41.200,00
18	250	KG	BERINJELA	R\$ 4,47	R\$ 1.117,50
19	4.900	KG	BETERRABA extra, sem rama	R\$ 3,52	R\$ 17.248,00
20	450	KG	BRÓCOLIS Fresco	R\$ 20,19	R\$ 9.085,50
21	300	KG	CAQUI com peso médio de 140g a unidade, contendo o kg de no mínimo 07 unidades.	R\$ 15,26	R\$ 4.578,00
23	3.380	KG	CENOURA extra	R\$ 3,98	R\$ 13.452,40
24	300	KG	CHEIRO VERDE fresco, composto por salsa e cebolinha	R\$ 20,88	R\$ 6.264,00
25	26.370	KG	CHUCHU extra	R\$ 2,78	R\$ 73.308,60
26	180	KG	COENTRO fresco	R\$ 19,96	R\$ 3.592,80
27	1.040	KG	COUVE MANTEIGA fresca	R\$ 9,17	R\$ 9.536,80
28	1.100	KG	ESPINAFRE fresco	R\$ 24,85	R\$ 27.335,00
29	3.200	KG	GOIABA VERMELHA	R\$ 6,54	R\$ 20.928,00
30	180	KG	HORTELÃ fresca	R\$ 27,43	R\$ 4.937,40
31	6.900	KG	INHAME extra	R\$ 3,88	R\$ 26.772,00
32	7.300	KG	LARANJA LIMA com peso médio de 150g, contendo o kg no mínimo 07 unidades	R\$ 5,25	R\$ 38.325,00
33	1.500	KG	LARANJA PÊRA com peso médio de 150g a unidade	R\$ 4,89	R\$ 7.335,00





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

34	2.000	KG	LIMÃO TAITI com peso médio de 80g a unidade,contendo o kg no mínimo de 12 unidades.	R\$ 4,72	R\$ 9.440,00
35	200	KG	LOURO VERDE,folha	R\$ 33,97	R\$ 6.794,00
36	9.000	KG	MAÇA NACIONAL ,não ácida,com peso médio de 120g a unidade,contendo o kg,no mínimo 8 unidades.	R\$ 5,59	R\$ 50.310,00
37	5.780	KG	MAMÃO FORMOSA, comum ,maduro,com peso variado de 1,5 a 2kg a unidade.	R\$ 7,78	R\$ 44.968,40
38	5.600	KG	MAMÃO PAPAIA	R\$ 7,76	R\$ 43.456,00
39	200	KG	MANGA TOMMY,com peso médio de 200g,contendo 0kg, no mínimo 05 unidades.	R\$ 4,84	R\$ 968,00
40	150	KG	MANJERICÃO FRESCO	R\$ 26,61	R\$ 3.991,50
41	11.560	KG	MELANCIA , com peso maximo de 10Kg a unidade.	R\$ 3,89	R\$ 44.968,40
42	200	DZ	MELÃO com peso máximo de 3 Kg a unidade.	R\$ 5,75	R\$ 1.150,00
43	4.320	KG	Ovos brancos de galinha, tamanho grande, de primeira qualidade, frescos, isento de aditivos ou substâncias estranhas ao produto que sejam impróprias ao consumo. Acondicionado em caixas.	R\$ 6,99	R\$ 30.196,80
44	2.028	KG	PEPINO EXTRA	R\$ 3,12	R\$ 6.327,36
45	200	KG	PÊRA, não ácida, com peso médio de 200g, contendo o kg, no mínimo 05 unidades.	R\$ 9,50	R\$ 1.900,00
46	50	KG	PESSEGO	R\$ 18,91	R\$ 945,50
47	2.400	KG	PIMENTÃO VERDE extra	R\$ 7,83	R\$ 18.792,00
48	16.200	KG	REPOLHO branco tamanho médio.	R\$ 3,52	R\$ 57.024,00
49	300	KG	SALSA fresca	R\$ 19,33	R\$ 5.799,00
50	2.100	KG	TANGERINA MURKOTE com peso médio de 150g a unidade,contendo no mínimo 7	R\$ 3,93	R\$ 8.253,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

			unidades.		
51	2.028	KG	TANGERINA PONKAN com peso médio de 200g a unidade, contendo no mínimo 5 unidades.	R\$ 4,00	R\$ 8.112,00
52	2.900	KG	TOMATE ,extra A (salada)	R\$ 7,35	R\$ 21.315,00
53	5.760	KG	TOMATE molho	R\$ 7,42	R\$ 42.739,20
54	200	KG	UVA RUBI, 1ª qualidade.	R\$ 7,59	R\$ 1.518,00
55	2.160	KG	VAGEM, extra	R\$ 7,86	R\$ 16.977,60
Valor total:					R\$ 1.124.049,48
TOTAL POR EXTENSO: Um milhão cento e vinte e quatro mil e quarenta e nove reais e quarenta e oito centavos					

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇOS	
				UNIT	TOTAL
1	11280	KG	ABACATE extra	R\$ 8,68	R\$ 97.910,40
17	40.900	KG	BATATA INGLESA especial	R\$ 4,31	R\$ 176.279,00
22	37.000	KG	CEBOLA extra	R\$ 4,35	R\$ 160.950,00
Valor total:					R\$ 435.139,40
TOTAL POR EXTENSO: Quatrocentos e trinta e cinco mil cento e trinta e nove reais e quarenta centavos					

VALOR EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 1.124.049,48
VALOR PARA NÃO EXCLUSIVO	R\$ 435.139,40
<b>VALOR TOTAL</b>	<b>R\$ 1.559.188,88</b>
TOTAL POR EXTENSO: Um milhão quinhentos e cinquenta e nove mil cento e oitenta e oito reais e oitenta e oito centavos	



## ANEXO V

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

#### (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE)

N.º \_\_\_\_/2022

A **Prefeitura Municipal de São Gonçalo**, com sede à Rua Dr. Feliciano Sodré, n.º 100 – Centro, na cidade de São Gonçalo, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o n.º 28.636.579/0001-00, neste ato representado(a) pelo(a) \_\_\_\_\_ **SECRETARIO MUNICIPAL DE** \_\_\_\_\_ nomeado(a) pela Portaria n.º \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de São Gonçalo de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o n.º \_\_\_\_-\_\_\_\_-\_\_\_\_ portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n.º \_\_\_\_/2022, publicada no \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2022, processo administrativo n.º **3053/2021**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto Municipal n.º 057, de 2009, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a \_\_\_\_\_, especificado no **item 1** do Termo de Referência, anexo I do edital de *Pregão Eletrônico* SRP n.º \_\_\_\_/2022, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

#### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )						
X	Especificação	<i>Marca (se exigida no edital)</i>	<i>Modelo (se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade	Valor Un	<i>Prazo garantia ou</i>



							<i>validade</i>

### 3. ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

3.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

<i>Item nº</i>	<i>Órgãos Participantes</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>

### 4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contados a partir de sua publicação, não podendo ser prorrogada.

### 5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.



5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros de preços nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

## 6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do Decreto Municipal n. 057, de 2009.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Local e data  
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)  
registrado(s)